

# Assentamentos para produção de madeira

Ibama propõe assentar os sem-terra em áreas de floresta tropical para atender a indústria dos sem-madeira

Raimundo José Pinto  
de Belém

A possibilidade de desapropriação de áreas de floresta para fins de reforma agrária, a partir de estudos que estão sendo realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), foi criticada ontem em Belém por empresários do setor madeireiro que participam do III Congresso Internacional de Compensado e Madeira Tropical. O presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Madeira Compensada e Industrializada (Abimci), Isac Zugman, disse que como o governo não tem meios de controlar a situação, uma primeira experiência bem sucedida nessa área poderá gerar uma corrida às florestas, "com um risco de incentivo à predação".

A questão foi levantada durante uma palestra do presidente do Ibama, Eduardo Martins, em que o deputado federal Luciano Pizzato



Eduardo Martins

(PFL-SC) quis saber sobre a desapropriação da fazenda Dissenha, em Santa Catarina, que possui uma reserva florestal, para o assentamento de sem-terra que a ocuparam. Eduardo Martins disse que a fazenda tinha um plano de manejo que foi suspenso e tinha dezenas de multas por exploração ilegal de madeira. E por isso o Ibama e o Incra estão estudando

a possibilidade de desapropriar a área e organizar uma forma de exploração florestal pelos assentados. Um dos proprietários da fazenda, José Luís Dissenha, que estava presente ao encontro, disse que ela é produtiva e que estava com a exploração paralisada por culpa do Ibama.

Eduardo Martins disse que o governo pretende apenas regularizar uma situação que já existe de fato, que é a grande quantidade de invasões em áreas de floresta. Segundo ele, os assentamentos podem ter uma dimensão de exploração de floresta também, inclusive com o suprimento de matéria-prima para a indústria madeireira. O presidente do Ibama disse que é legítima a preocupação dos madeireiros, mas ressaltou que muitas vezes as invasões de terra na Amazônia já têm por finalidade suprir as madeireiras. "Temos assim não o movimento dos sem-terra mas sim dos sem-madeira", afirmou Eduardo Martins.

O presidente do Ibama disse também que esse estudo faz parte de uma preocupação do governo com o suprimento de madeira porque há uma perspectiva de no ano de 2004 ocorrer o esgotamento da oferta da madeira plantada. E o estudo prevê que, além de exploração da madeira existente nas reservas naturais, possa ser feito o plantio de árvores nos assentamentos do governo. "Precisamos aumentar a quantidade de gente produzindo madeira. E plantar árvore pode render mais que implantar uma pastagem", afirmou.

Eduardo Martins afirmou também que até o início de 1998 o Ibama vai retomar a licitação para a exploração da madeira da Floresta Nacional do Tapajós, no Pará, suspensa por decisão da Justiça. Ele contestou os argumentos apresentados pelos autores da ação, como a falta de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (Eia/Rima) e a indefinição sobre a participação das comunidades existentes na área, mas disse que o Ibama decidiu suspender o processo para evitar que começasse com um litígio judicial uma experiência que pode ter grandes resultados na exploração racional da floresta amazônica.

Mas independente da questão da Floresta Nacional do Tapajós ele

disse que o Ibama continua com o plano de implantar o sistema de exploração das florestas públicas sob o regime de concessão. E que isso deverá ser feito em outras quatro áreas bem menores da Amazônia, inclusive com a participação das comuni-

dades locais. "Isso é mais fácil quando existe baixa demanda de capital, como no caso de exploração madeireira em área de várzea. Esse ponto talvez ajude para uma aceitação desse esforço de exploração maior, por parte de quem ficou contra no caso

da Floresta Nacional do Tapajós". Ele disse ainda que é preciso aumentar a quantidade de florestas públicas, hoje em torno de 12 milhões de hectares, sendo que apenas 2,5 milhões de hectares estão dentro da perspectiva de exploração econômica.

6/11/97  
17

A-9